



# Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 05 DE AGOSTO DE 1997

ANO XXIII

## Mesa Diretora

ANIBAL KHURY  
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK  
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN  
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI  
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS  
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA  
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI  
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI  
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI  
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo ..... Deputado VALDIR ROSSONI  
PDT ..... Deputado WALMOR TRENTINI  
PTB ..... Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI  
PMDB ..... Deputado ORLANDO PESSUTI  
PFL ..... Deputado ELIO RUSCH  
PSDB ..... Deputado CESAR SILVESTRI  
PT ..... Deputado PERICLES H. MELLO  
PPB ..... Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

## Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kleise - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 06: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Borsato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 08: Ademir Tralano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cantário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Pericles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Artigo Único - A alínea p, acrescida das alíneas q, r, s, t, u, v e x do inciso III do artigo 103 da Constituição Estadual, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 103 - ...

III - ...

- p) os crimes contra a pessoa, excetuados os crimes dolosos contra a vida;
- q) os crimes contra a propriedade imaterial;
- r) os crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos;
- s) os crimes contra os costumes;
- t) os crimes contra a incolumidade pública;
- u) os crimes contra a paz pública;
- v) os crimes de corrupção de menores; e
- x) as demais infrações a que não seja cominada pena de reclusão, isolada, cumulativa ou alternativamente, exceto as falimentares."

Sala das Sessões, em 05.08.97.

(a) JOEL COIMBRA.

Apoiamentos: Valdir Rossoni, Remy Borsatto, Edno Guimarães, Élio Rusch, Duffio Genari, Walmar Trentini, Edgar Bueno, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Luiz Carlos Zuk, Ricardo Chab, Albanor Gomes, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Ademar Traiano, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Angelo Vanhoni, Sâmis da Silva, Emerson Nerone, Cesar Seleme, José Tavares, José Maria Ferreira e uma ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal estabelece, no § 1º do art. 125, que a competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado, em razão de que a Constituição Estadual específica, no inciso III, do art. 103, a competência recursal dos Tribunais de Alçada.

Ocorre, contudo, que a recente Lei Federal nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que instituiu os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, acabou por acarretar sensível redução na competência constitucionalmente prevista para o Tribunal de Alçada, no tocante à matéria criminal, consoante se observou, na prática, desde então, enquanto que a matéria afeta ao Tribunal de Justiça permaneceu inalterada.

Para um melhor atendimento aos jurisdicionados, com o aceleramento dos respectivos julgamentos, urge que se modifique a competência recursal de nossos Tribunais, para transferir determinadas matérias do Tribunal de Justiça para o Tribunal de Alçada, equilibrando, inclusive o número de processo em uma e outra Corte.

Assim, modificando a redação do art. 103, inciso III, alínea "p" da Constituição Estadual, e acrescentando a esse dispositivo as alíneas q, r, s, t, u, v, e x, para o fim de transferir ao Tribunal de Alçada a competência recursal para o julgamento de parte dos crimes contra a pessoa, dos crimes contra a propriedade imaterial, dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos, dos crimes contra os costumes, dos crimes contra a incolumidade pública, dos crimes contra a paz pública e dos crimes de corrupção de menores, criamos condições para maior agilização e consequente eficiência do Poder Judiciário.